

6. Interações esperadas, desejadas e alcançadas

6.1 Parceria legal

A bandeira da democracia, marco das mudanças que o país vivencia desde os anos 1980, traz desdobramentos para toda a sociedade, e no campo da educação sinaliza a necessidade de incorporar novas práticas à educação básica, reconhecida como bem comum para toda a sociedade. A esfera pública, definida por Habermas (1984) como espaço de mediação entre governo e população, tende a se fortalecer e a participação se configura como valor.

No sentido de ampliar a participação dos agentes educacionais, a escola abre novos espaços de interlocução, não só para aqueles que lá desenvolvem sua atividade profissional como também para os que utilizam os serviços prestados pela instituição, de forma que alunos, famílias e vizinhança são reconhecidos como membros da comunidade escolar.

Para que os novos espaços de participação disponibilizados sejam de fato apropriados, políticas de incentivo se multiplicam, na forma de leis e decretos, visando fortalecer ações já em curso e criar novas possibilidades, buscando a adesão dos agentes educacionais.

Em 1987, a Carta Internacional dos Direitos da Criança marcou uma nova posição da criança como sujeito de direito, modificando os papéis de filho, na esfera familiar, e de aluno, no âmbito escolar. Com a consolidação dos direitos da criança, as responsabilidades específicas dos adultos, notadamente das famílias e das escolas, foram também atingidas e as relações ‘pais – filhos’ e ‘professor – aluno’ passaram por transformações que, as afastando dos tradicionais modelos hierárquicos, caminharam em direção a formas mais horizontais de relacionamento.

Educação, direito e dever das crianças, só se efetiva através da ação dos adultos, e o regime de co-responsabilidade escola-família pela educação das novas gerações aparece de forma explícita na nossa Constituição que prescreve¹:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Costa, 2002: 99)

¹ Artigo 25 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, chamada de Constituição Cidadã.

Valores declarados são sem dúvida uma conquista, porém não garantem internalização nem aplicação, por parte dos agentes educacionais nas relações que se desenvolvem no cotidiano escolar.

O discurso oficial volta a mostrar sua força no Estatuto da Criança e do Adolescente², estabelecendo que “é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”.

E a nova LDB - Lei de Diretrizes e Bases³ reitera a ação integrada das famílias e escolas, explicitando que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola”. A mesma LDB acrescenta ainda que “os docentes incumbir-se-ão de colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade” e “os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os princípios de participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalente.”

Vale lembrar ainda o Compromisso Todos pela Educação⁴ vem reforçar a participação das famílias e da comunidade, estabelecendo entre suas diretrizes: “fomentar e apoiar os conselhos escolares, envolvendo as famílias dos educandos, com a atribuição, entre outras, de zelar pela manutenção da escola e pelo monitoramento das ações e consecução das metas do compromisso”.

Este breve resumo deixa claro que não faltam leis para regular a participação das famílias nas escolas dos filhos, sinalizando que a proposta de parceria chega às instituições de ensino com força de imposição aos agentes, e não como demanda e construção conjunta daqueles que estão diretamente envolvidos no processo educacional. Não é possível afirmar, entretanto que o alargamento dos espaços de participação não seja desejado pelos agentes escolares, como sinaliza Motta estudando as diferentes formas de participação:

² Capítulo IV, art. 53, parágrafo único do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, promulgado em 1990.

³ Artigos 12, 13 e 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996.

⁴ Diretriz XXV do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, assumido pelo MEC através do decreto n. 6.094 de 24 de abril de 2007.

A participação imposta, isto é, os formatos participativos criados pela própria administração e voltados para a maior eficiência da organização, para a melhoria dos canais de comunicação e de nível de satisfação não são necessariamente indesejáveis. (Motta, 2003: 371)

De todo o modo, a ênfase na participação vem sendo cada vez mais apontada como requisito fundamental para que escolas e colégios alcancem sucesso na tarefa de educar os alunos. Abrem-se novas oportunidades, porém não fica claramente definido como estas serão apropriadas e colocadas em prática por cada comunidade escolar.

Estabelecimentos de ensino são sistemas formados por pessoas e grupos heterogêneos com interesses, valores e vontades que precisam ser levados em conta, desafio que se torna presente quando todos são chamados a participar dos processos decisórios.

O trabalho ao qual me proponho neste capítulo é apresentar dados empíricos sobre as reuniões de pais que observei e o funcionamento das instâncias associativas das famílias dos alunos, levantando questões e propondo reflexões a partir das situações onde os agentes educacionais se encontram e interagem.

Reuniões de pais, associações de pais e conselhos escolares são espaços criados e gerenciados pelas instituições de ensino, cabendo geralmente à elas definir datas e horários, fazer as convocações àqueles que devem fazer parte do grupo, definir objetivos, pauta e forma de condução. Cabe lembrar, entretanto que tais espaços de encontro e debate, congregando diferentes grupos, uma vez instituídos fogem ao controle exclusivo dos colégios e escolas que, mesmo sendo o pólo dominante da relação, não podem impedir que a coletividade se manifeste ou assuma posições inesperadas. Espaços estruturados ‘para’ a participação dos pais, não são espaços ‘dos’ pais e, mesmo valorizados pelas escolas, são vistos como espaços que envolvem riscos, uma vez que a relação entre famílias e escolas se faz de forma assimétrica. Pesquisas realizadas por Ribeiro (2006) indicam que, “famílias e escolas, enquanto instituições de diferentes naturezas se relacionam de forma desigual”.

Participar implica também em uma conjugação de desejos, conhecimentos e competências de cada um dos participantes, que por vezes apresentam resultados diferentes dos almejados. N., uma das mães que entrevistei na EM diz que:

Na verdade eu vejo que as mães se sentem muito à vontade, muito confiantes nesta escola e acabam não participando tanto, porque se sentem seguras do filho estar aqui. Conhecem o trabalho e fazem, mais ou menos como eu estou no momento. Não tenho vindo muito. As mães se sentem tão seguras do trabalho da escola que não sabem como poderiam ajudar.

Na minha experiência profissional tenho percebido que preparar e conduzir reuniões e associações de pais configura-se como desafio para agentes escolares que em geral se sentem pouco preparados para esta tarefa. Interações, enquanto ações recíprocas que envolvem um sistema de trocas e influências mútuas acontecem de forma compulsória nos encontros que ocorrem nos espaços escolares e aparecem como pouco apreciadas, tanto pelos pais quanto pelos professores, confirmando os resultados de pesquisas conduzidas por Ribeiro junto aos responsáveis.

A maioria dos relatos sobre as reuniões de pais pareceu ter caráter defensivo e os poucos entrevistados que foram avaliativos, mostraram-se negativos, tendo sido apontado que as reuniões são chatas, cansativas e demoradas, gerando desinteresse da maioria. (Ribeiro, 2006: 390).

Nas entrevistas que realizei alguns pais destacaram que nem mesmo as reuniões solicitadas por eles próprios despertam maior interesse e participação por parte dos responsáveis. D. pai de aluna do CP relata que:

Tinha um grupo de pais insatisfeito com a correção das provas de uma disciplina, então a gente pediu uma reunião. Pra variar, na hora tinha bem menos pais do que a gente esperava porque as pessoas fazem aquele 'auê' por e-mail, mas chega lá, tem meia dúzia. Não creio que chegasse a dez pais, mas por parte do colégio estava toda a coordenação pedagógica, o SOE, o SOP, a coordenadora da área e a professora da matéria. Isso, pros pais, foi muito bacana porque o colégio levou a sério. Eles valorizaram o que a gente tinha pra dizer, vieram escutar e tudo. Escutaram mesmo, e registram as observações. Todo mundo se manifestou. A professora também se colocou. Foi uma coisa muito tranquila porque todas as partes estavam lá. Tudo muito civilizado, muito transparente. Acho que as críticas foram feitas de uma maneira construtiva. A professora falou e aparentemente houve um reconhecimento das questões colocadas, mas o resultado foi que, basicamente nos ouviram.

Olhando para trás, a experiência registrada mais antiga, que consegui localizar no Brasil, em relação a aproximação da escola com as famílias foi o Círculo de Mães, criado por Armanda Álvaro Alberto⁵ na Escola Proletária de

⁵ Armanda Álvaro Alberto foi uma das três mulheres signatárias do Manifesto dos Pioneiros.

Meriti. Esta escola, considerada revolucionária para a década de 1920, por imposição do governo teve seu nome modificado para Escola Regional de Meriti, mas ficou conhecida como Escola Mate com Angu, a partir da iniciativa de oferecer esta merenda aos alunos. Nesta escola que, inspirada nas idéias de Anísio Teixeira, adotava os métodos da escola nova, várias propostas pioneiras foram introduzidas. Segundo Lazaroni, professora que vivenciou pessoalmente o trabalho desenvolvido:

Armanda afirmava que o Círculo de Mães foi imitado até pelo governo e pelas mais importantes escolas particulares. Com ele desenvolvemos hábitos de cooperação entre alunos-família-escola, ensinando economia doméstica, corte e costura. Elaboramos concursos envolvendo a comunidade, demos palestras de higiene, patrocinamos exposições de arte e de trabalhos manuais feitos pelos alunos e por seus familiares, fizemos campanhas de saúde, de alimentos, além de inaugurarmos uma biblioteca pública e uma carpintaria. (Lazaroni, 2010: 368)

O relato da autora mostra que ainda que a cooperação entre os agentes continue como objetivo, visado por escolas e colégios de hoje, as instituições se transformam ao longo do tempo e as relações foram assumindo uma diversidade de formas.

A família, que se envolve no acompanhamento da escolarização dos filhos, é chamada a exercer uma dupla função, de caráter mais coletivo, nas reuniões de pais e nos conselhos e associações.

Se encontrei uma grande quantidade de trabalhos acadêmicos que investigam diferentes aspectos da relação entre famílias e escolas⁶, poucos são os autores que focalizam as reuniões de pais e as associações, deixando entrever a importância de ampliar as pesquisas neste eixo. Foi no campo da psicologia da educação que encontrei mais contribuições, sendo que a maior parte delas estava direcionada ao segmento da educação infantil.

6.2 Reuniões e Encontros de Pais e Professores

Reunião é o ato de agrupar pessoas para tratar de um ou mais assuntos, ou de forma mais completa, como definido por Doyle:

⁶ O Observatório Sociológico Família-Escola da Faculdade de Educação da UFMG disponibilizou recentemente um Banco de teses, dissertações e monografias apresentadas nos últimos 15 anos.

Nós somos uma sociedade formada por um mundo composto de pessoas que vêm juntas compartilhar informações e planos, resolver problemas, criticar ou aplaudir, tomar decisões novas ou detectar o que não funciona mais nas antigas. Não obstante seus princípios e metas, os membros de qualquer grupo precisam chegar a um consenso para que as coisas funcionem. Quando pessoas trabalham juntas, frente a frente, isto é uma Reunião. (Doyle, 1978: 9)

Reunião é lugar de articulação e confronto onde se tornam mais visíveis as interações entre os participantes, não só como indivíduos, mas principalmente enquanto grupos que defendem interesses específicos, nem sempre compatíveis. No caso das reuniões de pais, famílias e instituições de ensino detentoras de lógicas socializadoras e conhecimentos diferenciados adotam estratégias próprias que precisam interagir em prol da educação dos filhos-alunos. É claro que grande parte das estratégias familiares não são exercidas frente a frente com a escola, bem como as ações escolares não acontecem diante das famílias, contudo expectativas, valores e interesses, de algum modo, se explicitam e dialogam nas reuniões.

Quando inicio a reflexão em torno das reuniões de pais, me vêm à mente algumas colocações feitas pelos responsáveis ao longo das entrevistas que realizei. A primeira delas questiona o conceito de ‘reunião’, uma vez que para vários pais de alunos do 9º ano, nas reuniões escolares “só a escola fala, e sempre diz a mesma coisa”, parecendo-se assim, mais uma palestra do que com um espaço de interação. Preparadas, agendadas e conduzidas pelas instituições de ensino, as reuniões são percebidas pelos responsáveis como uma atividade da escola e não dos pais, configurando-se assim, mais como reuniões ‘para’ pais do que reuniões ‘de’ pais. E ainda, a presença significativamente maior de mães do que de pais mostra que se trata de ‘reunião de mães’, como sugere D., um dos pais de aluna do CP, quando ressalta o novo papel de pai que ainda parece estar se delineando:

Na última reunião que eu fui, eram mais ou menos dez responsáveis e, além de mim, só tinha um outro pai. Eu acho que essas reuniões do colégio tinham que se chamar reunião de mães porque os pais são sempre minoria.

De todo o modo, o que procuro analisar aqui são os resultados do estudo qualitativo que fiz sobre 12 reuniões, realizadas ao longo de um ano, em duas unidades de ensino fundamental, uma pública - EM e outra privada - CP. Embora

tenha observado também outros eventos direcionados aos pais, como palestras e festividades, me atenho às situações denominadas pelos estabelecimentos de ensino como reuniões ou encontros de pais, conforme já apresentado no Quadro 8, que aparece na página 25 do presente trabalho. Entre as reuniões que observei, focalizo especialmente aquelas realizadas na abertura do ano, enquanto ponto de partida e sinalização da relação que será estabelecida com os pais. Como afirma o diretor do CP, ao dar início a um destes encontros:

Tenho muita alegria por receber à todos e acredito que esses encontros vão dando o tom para a convivência que se inicia, valorizando a relação de bem querer que vamos ter, desde o seu começo.

Focalizo inicialmente os aspectos mais objetivos destes encontros, destacando que tanto no colégio privado quanto na escola municipal, as reuniões são marcadas geralmente aos sábados pela manhã, horário identificado como mais conveniente para os pais que precisam conciliar sua presença com seus compromissos profissionais. No caso específico das reuniões de abertura do ano, a escola municipal optou pela realização da reunião em dia útil, marcando o encontro para o primeiro dia de aula, com dois horários direcionados aos pais de alunos do primeiro e do segundo segmento do ensino fundamental respectivamente. Nas duas reuniões realizadas, com duração de cerca de uma hora cada, os assuntos tratados foram os mesmos e a escola contou com o apoio de um auditório, cedido por um grupamento militar localizado nas vizinhanças que, segundo a diretora, freqüentemente colabora com a escola suprimindo a carência de espaço físico.

O colégio privado realizou 12 reuniões de abertura do ano, acolhendo os responsáveis em auditório próprio, de acordo com a série cursada pelo aluno, seguindo a mesma pauta, com a duração de uma hora e meia. Entre estas, optei por observar as reuniões destinadas aos responsáveis de 1º ano e de 9º ano, séries que marcam o início e o final do ensino fundamental.

Em ambas as unidades de ensino, a condução das reuniões ficou à cargo do diretor, a pontualidade foi respeitada e todos os presentes puderam se instalar confortavelmente. O cuidado com a acolhida dos pais foi um traço marcante nas duas unidades de ensino. Na EM, onde cerca de 250 pais participaram das reuniões, à medida que o auditório foi ficando ocupado, observei que alguns

professores se levantaram e passaram a procurar cadeiras vazias, indicando-as aos que chegavam para que nenhum dos pais ficasse de pé. Respeito e cortesia no trato com os pais ficam subentendidos quando a escola se preocupa com o local e com as condições de realização da reunião e o diretor assume pessoalmente a tarefa de receber os pais.

Na EM, só a diretora, posicionada no palco e com apoio de microfone, fez uso da palavra, reafirmando simbolicamente seu papel de “dona da escola”, responsabilizando-se pessoalmente pelo seu funcionamento, uma vez que a coordenadora pedagógica estava licenciada e a adjunta em processo de desligamento da escola, como se soube mais tarde. Nos momentos iniciais da reunião, a diretora já posicionada no palco, chamou a atenção de um aluno que entrava no auditório usando um boné, deixando claro que nesta escola há normas e controles.

No CP a abertura da reunião coube a coordenadora pedagógica que deu boas vindas aos pais e imediatamente passou a palavra ao diretor, assumindo ele a explanação completa sobre os valores do colégio, indicando que também aqui a liderança é presente.

Apresento a seguir alguns aspectos relativos à forma, a pauta e a dinâmica das reuniões, em um quadro que facilita a visualização de cada um dos aspectos em sua perspectiva relacional. Nos comentários que faço a seguir procuro destacar indicadores que parecem favorecer uma relação mais efetiva e colaborativa entre famílias e estabelecimentos de ensino.

QUADRO 62 Reuniões de Abertura do Ano

Reunião de Abertura do Ano		EM	CP
Número de Reuniões		2	12
Duração		1 h	1 h 30 min
Local		Auditório cedido	Auditório do Colégio
Objetivo da Reunião		Explicar a escola	Apresentar projeto pedagógico e história do colégio.
Condução da Reunião		Diretora	Diretor
PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913510/CA	Assuntos abordados	Uniforme, Caderneta e Material escolar; RioCard; Merenda; Ventiladores nas salas de aula; Aulas de educação física fora de aula; Extravio de objetos de valor; Uso de agenda; Mudanças de turno; Calendário Escolar; Educopédia; Avaliação de aprendizagem; Aprovação de ex-alunos em concurso; Declaração de Escolaridade.	Imagem do colégio; Ex-alunos ilustres; Educação crítica e libertadora; Formação de agentes de transformação social; Valores assumidos pelo colégio; Formação dos alunos para respeito ao outro; Hábitos de estudo; Valor da presença de qualidade; Desenvolvimento de competências; Conselhos para os pais sobre pontualidade, faltas, organização do material escolar, tempo para estudo e descanso; Calendário escolar; Agenda do colégio; Login e senha de cada aluno para acesso a espaço restrito no site; Horário da coordenadora e orientadora para atendimento aos pais.
	Outros expositores	-	Coordenadora Pedagógica e Presidente da APM
Dinâmica da Reunião		Explicação da Diretora Encaminhamento dos pais a escola para recebimento de material Atendimento individualizado aos pais	Abertura Explicação do Diretor Apresentação da APM Perguntas dos pais e Encerramento
Presença de Professores		Alguns	Alguns
Participação dos Pais		Perguntas e comentários sobre os assuntos tratados	Atenção gentil e perguntas sobre questões de ordem prática.
Participação do Representante dos Pais		Coleta de assinaturas dos presentes, Distribuição de uniformes aos alunos	Apresentação da APM
Demais Reuniões previstas para o ano		Quatro reuniões com datas já definidas segundo calendário da SME	Uma reunião para apresentação dos professores e três Encontros de Pais e Professores

Em ambas as instituições o que observei foi uma dinâmica de reunião centralizada na figura do diretor, com muito pouca interação entre os demais responsáveis presentes. As escassas participações dos pais buscavam somente esclarecer dúvidas. No CP esboçaram-se alguns questionamentos e sugestões que foram ouvidos com atenção, porém não chegaram a ser debatidos, enquanto na EM os responsáveis permaneceram submissos ao saber legítimo da escola. Os alunos presentes comportaram-se como sujeitos ocultos e sem voz que só se manifestaram em rápidos comentários restritos ao colega ao lado. Os diálogos, quando ocorreram, se deram entre o expositor e um dos pais presentes, enquanto os demais se mantinham passivos.

A pauta de assuntos tratados por cada uma das instituições de ensino mostra diferenças expressivas que apontam para conteúdos que variam entre aspectos burocráticos, comportamentais e educacionais.

Na EM os temas abordados se referiram prioritariamente a questões de ordem prática do cotidiano escolar, tais como a aquisição e o uso do cartão RioCard para acesso gratuito dos alunos ao transporte público, que ocupou quase a metade do tempo da reunião. Regras, normas de funcionamento e avisos gerais apontavam para as relações institucionais e administrativas entre um estabelecimento público e seus usuários, como se observa quando a diretora fala sobre uniforme, caderneta e material escolar, deixando entrever o quanto esta escola se diferencia das demais unidades da rede municipal:

o uniforme ainda não foi enviado pela Prefeitura, mas a escola tem disponíveis camisas em tamanho P, que os alunos interessados podem retirar na secretaria. Permanece a promessa da Prefeitura de enviar uniformes, porém enquanto não chegam os alunos devem utilizar as camisas do ano passado. Bermudas são permitidas somente para alunos até o 5º ano. A partir do 6º ano somente calça comprida azul ou preta. O uso do uniforme será exigido, mas a escola não faz aluno voltar para casa porque é preferível o aluno na escola do que na rua. A caderneta escolar dos alunos já está pronta, disponível para todos os que trouxeram foto ou tinham fotos, mesmo antigas, na escola. Pode ser retirada na secretaria. O *kit* de material, enviado pela Prefeitura inclui cadernos de revisão, livros e material de uso como lápis, borracha e cola. Como não foi enviado o *kit* para algumas séries, a escola montou um *kit* com material que tinha disponível de forma que todos os alunos podem retirar seu material.

As questões relativas ao trabalho pedagógico com os alunos são abordadas com mais brevidade e focadas nos resultados da aprendizagem, expressos em

notas, aprovação em concursos e comprovantes de escolaridade, como se pode observar no trecho abaixo:

a avaliação da aprendizagem continuará sendo feita da mesma forma, com os conceitos: MB, B, R e I. É importante que o aluno procure fazer pontuação no início do ano, quando há menos matéria dada, para garantir o bom resultado final. No final do ano passado tivemos 31 alunos do 9º ano e seis alunos do 5º ano aprovados para o Colégio [Federal], além de vários outros alunos que receberam bolsas de estudos em colégios privados, pagas pela Prefeitura. Os pais, que precisarem de comprovantes de escolaridade, podem solicitar hoje mesmo na secretaria e em 24 horas a escola prepara e entrega.

No CP, a pauta da reunião priorizou os aspectos comportamentais dos alunos, enfatizando valores, formação de hábitos de estudo e convivência entre colégio, alunos e pais. Valores fortemente marcados pela espiritualidade que, sem serem impostos aos alunos, são claramente assumidos pelo colégio. Hábitos de estudo que priorizam o processo de aprendizagem em detrimento do resultado, apontando para um trabalho pedagógico voltado para a formação de competências, onde a competição fica em segundo lugar. Foco nas relações, incluindo aquelas que se desenvolvem entre pais e filhos, assumindo o colégio uma posição educadora em relação aos pais, oferecendo conselhos⁷ sobre como esperam que os responsáveis atuem no processo de escolarização dos filhos. Os trechos da explanação do diretor, apresentados abaixo, exemplificam as colocações citadas:

Nós não educamos o outro nem a nós mesmos, nós nos educamos em comunhão, transformando o mundo. Não se pode confundir a educação libertadora - proposta pelo colégio, com a educação liberal – às vezes esperada por alguns pais ou com a libertinagem - desejada por alguns alunos. É preciso pensar em para que serve a liberdade e de que liberdade está se falando. O colégio prioriza a educação para a justiça que visa garantir o direito de cada um, em um mundo que é desigual e violento. O lema do colégio é formar agentes de transformação social. Os alunos vêm aqui para ser felizes e bons, para fazer aquilo que gostam, com uma forma diferente de contentamento, que decorre de ser feliz por ser bom.

⁷ Ao final das reuniões foi distribuído folheto onde além da pauta da reunião, com a indicação nominal dos responsáveis por cada um dos serviços do colégio, constava uma lista de recomendações aos pais, solicitando que estimulassem os filhos em relação a: pontualidade, uniforme, faltas, calendário, horário de descanso, organização do tempo e uso do computador.

O diretor segue indicando quatro pontos que considera muito importantes para a formação dos alunos, enfatizando a parceria do colégio e da família para ajudar os alunos a:

modificar o seu comportamento por causa do outro, dentro do princípio de que é a alteridade que funda a ética, Formar hábitos de estudo com a construção diária do conhecimento, fazendo o dever de casa, valorizar a presença de qualidade ao colégio, que é chegar no horário, com o exercício feito e desenvolver competência, porque o que vale, e se pretende ensinar, não é a competição, mas a competência.

E finaliza dirigindo-se aos pais, deixando claro o que o colégio espera deles, fornecendo recomendações que se apóiam nas experiências vivenciadas em anos anteriores:

Cabe aos pais vir à reunião, trazer o aluno no horário, olhar a mochila do aluno (que não deve conter um peso que prejudique a coluna) e evitar viajar durante o período escolar. Embora o colégio não faça o aluno atrasado voltar para casa, o pai será chamado quando houver três casos de atraso do aluno. Conversando com um aluno, ele me relatou que não tem ninguém para acordá-lo em casa, nem tem café da manhã. Este aluno que compra uma coca-cola na cantina e vai para a sala de aula com o estomago sendo corroído e sem um beijo de bom dia é um menor abandonado.

Chama a atenção nas falas dos diretores de ambas as instituições de ensino o valor atribuído à aula. Alunos que não voltam para casa sem ter aula aparece como “ponto de honra” sinalizando que a instituição reconhece o seu papel e o conteúdo educacional é valorizado, mesmo quando parece ficar subjugado à questões administrativas, como na EM, ou a aspectos comportamentais, como no CP. A garantia de que as aulas serão ministradas aos alunos parece ser marca distintiva das “boas” instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas.

Pautas previamente definidas, tempos marcados, distribuição organizada de material impresso, controle de presença e pouca flexibilidade para tratar de assuntos além dos estipulados, são indícios de uma forma rígida de condução das reuniões por parte das duas instituições que observei, sinalizando que escolas e colégios desejam a parceria das famílias, mas não abrem mão de manter o controle sobre a forma como este relacionamento deve ser encaminhado.

Os votos finais, expressos por ambos os diretores, apontam para uma participação dos pais que embora requisitada pelas unidades de ensino, não aparece alcançar uma relação igualitária com os pais. Se os estudos de Thin (2006) revelam que nas relações com as famílias populares, as escolas assumem o pólo dominante, no colégio privado que estudei percebo que a situação parece se inverter, e o colégio antecipa-se reafirmando sua posição, como aparece no trecho da exposição do diretor, abaixo apresentado:

precisamos da parceria dos pais que devem dialogar com o colégio no mesmo nível, pois aqui ninguém é empregado de vocês, todos somos servidores, os seus filhos não são mercadorias e nos não somos mercadores que vendem algo.

Pais que assumem uma atitude de atenção cortês durante a maior parte das reuniões, quando solicitados a fazer perguntas mostram que têm muitas questões, Perguntas como: “Como deve ser a ajuda dos pais no dever de casa?” ou “Com quem eu falo sobre problemas de saúde do meu filho?” recebem respostas curtas e objetivas e os responsáveis são orientados para dirigirem-se individualmente aos gestores, após o encerramento da reunião. Qualificadas como questões pessoais, sem relevância para o grupo, algumas “mãos levantadas não chegam a ter voz”, corroborando a hipótese de uma instituição que deseja a parceria, mas ao mesmo tempo receia perder o controle da situação, se todos se expressarem livremente.

A atuação da mãe representante na EM e do pai presidente da Associação no CP aparece de forma bastante diferenciada nas reuniões. Enquanto à primeira cabem tarefas burocráticas como coleta de assinaturas e entrega de uniformes, reiterando a carência de funcionários que marca a escola pública, onde os pais são chamados a assumir atribuições inerentes à escola, ao pai do colégio privado é atribuído um espaço para explanação sobre a Associação de Pais, logo em seguida à fala do diretor do colégio. O apreço do CP pela direção da Associação de Pais é assim sinalizado desde a primeira reunião do ano e devidamente retribuído pelo pai-presidente que revela o forte vínculo que mantém com o colégio, afirmando que:

Eu tenho dois filhos aqui, meu mais novo foi sorteado para um excelente colégio público, mas eu preferi mantê-lo aqui. Aqui a gente educa. Semanalmente eu participo do Conselho Pedagógico do colégio. A comunicação com as famílias é muito forte aqui. Eu vejo que sempre que os pais têm alguma questão a tratar com o colégio, a gente conversa e as respostas vêm.

Da mesma forma que as pesquisas no âmbito da educação infantil conduzidas por Garcia e Macedo, considero que as reuniões escolares são:

Espaços formalmente associados à oportunidades de apresentação do trabalho pedagógico e de estreitamento de uma relação cooperativa com os pais. Os resultados de pesquisa evidenciam que alguns modos de gestão destes espaços caminham nesta direção enquanto outros valorizam ângulos distintos da relação com as famílias. (Garcia & Macedo, 2011: 7).

Em que pesem as pautas de reunião carregadas de conteúdos burocráticos – que não podem ser totalmente excluídos da relação, ou comportamentais – que afastam os agentes escolares de sua função precípua, as reuniões são espaços que contribuem para fortalecer relações colaborativas entre famílias e escolas.

Nas reuniões que observei, respeito e cortesia no tratamento, presença da principal liderança escolar e garantia de que os alunos terão acesso aos conteúdos são indicadores favoráveis à construção de boas relações.

A meu ver, o pouco estímulo dos estabelecimentos de ensino ao entrosamento entre os pais contribui para que as reuniões sejam percebidas como pouco prazerosas e conseqüentemente se tornem menos freqüentadas. Comparecer a reuniões apenas para cumprir com as obrigações de pais reduz o potencial de interação. Deixando de contar com um local onde possam compartilhar ansiedades e preocupações, os responsáveis perdem a oportunidade de conhecer estratégias bem sucedidas, e por vezes criativas, que outros pais vêm colocando em prática. As instituições de ensino, por sua vez, insistindo em manter-se na posição dominante das reuniões perdem a possibilidade de conhecer as questões que mobilizam e desafiam os pais, que se abordadas e debatidas poderiam resultar em uma participação mais efetiva.

Acredito que o estudo das reuniões de pais possa ainda oferecer muitas contribuições, para além do que consegui aqui alcançar, no sentido de tornar estes espaços mais construtivos e enriquecedores para as duas instituições envolvidas.

6.3 Conselhos e Associações de Pais

Ocupar-se daquilo que diz respeito ao acompanhamento escolar do próprio filho e ainda participar de espaços coletivos que visam a construção da qualidade da educação, enquanto bem comum para a melhoria de toda a sociedade é mais uma demanda que chega às famílias dos alunos, podendo configurar-se como um *stress* adicional aos pais. Lareau (1989) afirma que a participação em instâncias associativas escolares pode ser vista como um ‘sobrenvolvimento’, pelos responsáveis.

Articular interesses, em uma sociedade que assume como valor o respeito às diferenças, marca a democratização da escola e pressupõe a ampliação da participação dos diferentes agentes educacionais, entre os quais estão as famílias.

Como dirigentes nas Associações de Pais e Mestres – APM no colégio privado ou como representantes do segmento Pais nos Conselhos Escola Comunidade - CEC na escola municipal, alguns responsáveis assumem esta dimensão coletiva de atuação, dispondo-se a falar em nome do conjunto de pais de alunos da escola. Como afirma Silva (2007:7), as associações e conselhos são instituídos para “defenderem o conjunto de pais e alunos da escola e não os interesses de seu próprio educando ou de um grupo restrito de pais”.

Exercendo seu papel na esfera pública da sociedade, pais de alunos participam dos órgãos instituídos para que os anseios e reivindicações das famílias possam chegar até as esferas de decisão na escola. Dentro de uma concepção democrática, os representantes dos pais ocupam posições na estrutura formal da escola, organizada na forma de associações e conselhos.

Interações entre instâncias associativas e instituições de ensino, podem ser definidas como relações recíprocas entre duas estruturas formais, que geralmente acontecem dentro do espaço institucional da escola. As atividades parentais desenvolvidas nestes espaços são, portanto, ação coletiva diferenciando-se das ações de apoio a escolarização dos filhos, desenvolvidas no espaço privado do lar.

No levantamento bibliográfico que precedeu minha investigação, encontrei um número reduzido de trabalhos sobre as interações das escolas com as representações parentais organizadas, na forma de associações ou conselhos⁸.

⁸ Trabalhos que consegui identificar na última década foram: Martins (2003), Sá (2006), Silva (2007) e Lima (2011).

Dialogo, neste texto, principalmente com os trabalhos de Silva (2007), que estudou as associações de pais em duas escolas no contexto português e Lima (2011), que analisou os conselhos nas quatro escolas municipais investigadas no *survey* SOCED. Adoto a perspectiva relacional para discutir aspectos qualitativos e quantitativos das interações com a APM, em um colégio privado e com o CEC, em uma escola municipal, analisando homologias e singularidades que pude identificar na organização e no funcionamento destas instâncias representativas. Utilizo, como definido por Devis (1997), o conceito de envolvimento quando me refiro às atividades de acompanhamento dos pais em relação ao próprio filho e o conceito de participação para tratar das ações coletivas desenvolvidas pelos responsáveis.

Em 1984 foi criado pelo sistema municipal de ensino no Rio de Janeiro o Conselho Escola-Comunidade – CEC⁹ com o intuito de dar maior abrangência a antiga Associação de Pais e Professores. A EM que estudei, conforme determinação legal conta desde 1993 com o CEC do qual participam representantes dos pais, alunos, professores e funcionários, além da direção de escola.

A Associação de Pais e Mestres – APM que pesquisei foi criada um ano após a fundação do Colégio com a finalidade precípua, segundo seu estatuto, de estabelecer colaboração ativa entre as famílias dos alunos e o colégio, visando ao aperfeiçoamento do processo educativo, em proveito da formação humana e cristã, ao crescimento pessoal dos pais e ao estreitamento dos laços de amizade. A APM vincula-se à estrutura organizacional do CP através da Coordenação Comunitária e conta com instalações físicas e secretaria própria, dentro do colégio.

As respostas ao *survey*, apresentadas no Quadro 63, muito semelhantes em ambos os subconjuntos, indicam que a maioria das famílias pesquisadas desconhece a existência de representação de pais.

Quando perguntados sobre a existência de Associações de Pais, as respostas foram bastante diferenciadas revelando uma visibilidade muito mais expressiva no conjunto dos colégios privados. Em que pese a diferença de nomenclatura, uma vez que nas escolas municipais as antigas Associação de Pais e Professores foram

⁹ Ver mais sobre o CEC em Lima, 2011.

substituídas pelos Conselhos Escola Comunidade, estas instâncias representativas parecem ser pouco percebidas como espaço de interação pelo conjunto das famílias dos alunos.

QUADRO 63 Representação de pais

O responsável sabe que a escola tem	Escolas Municipais (%)	Colégios Privados (%)
Representante de Pais	30	28
Associação de Pais	10	57

Fonte: Survey SOCED

Os conselhos escolares, instrumentos de gestão democrática criados para atender aos anseios de uma sociedade que cada vez mais reivindica mecanismos de participação e controle social, parecem suscitar ainda uma participação pouco expressiva dos pais, tanto como membros efetivos quanto na frequência às reuniões, em ambos os conjuntos, conforme Quadro 64.

QUADRO 64 Conselhos Escolares

Conselhos Escolares	Escolas Municipais (%)	Colégios Privados (%)
“Não sou nem nunca fui membro”	79	63
“Nunca participei de reuniões”	59	60

Fonte: Survey SOCED

Apresento no Quadro 65 um conjunto de informações que, baseadas na análise documental dos Estatutos da APM de um colégio privado e das resoluções e portarias¹⁰ relativas ao CEC na escola municipal, possibilitam uma primeira aproximação com a organização e funcionamento destes órgãos.

¹⁰ Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro – Resolução n. 212 de 24/ 08/1984; Resolução n. 627 de 02/ 04 / 2004 e Portaria n. 48 de 17/ 03/ 2010.

QUADRO 65 Informações sobre APM e CEC

Aspectos Observados	CP	EM
Denominação	Associação de Pais e Mestres - APM	Conselho Escola Comunidade - CEC
Natureza	Educacional e Cultural	Consultiva
Criação	1960 – próximo à fundação do Colégio.	1984 – no período de redemocratização nacional.
Finalidade	Colaboração para pleno rendimento da ação educativa.	Integração da família e da comunidade para melhoria do ensino.
Composição	Conselho Diretor formado por: 10 Responsáveis; 1 Professor; 1 Diretor do Colégio	2 Responsáveis; 3 Professores; 1 Diretor da Escola; 2 Alunos; 1 Funcionário; 1 Ass. de Moradores
Presidente	Responsável escolhido pelos membros do conselho diretor.	Diretor da Escola (obrigatoriamente)
Conselho Fiscal	3 efetivos e 3 suplentes	3 membros
Processo Eleitoral	Voto direto e secreto, em chapas previamente inscritas. Urna disponível por três dias.	Voto direto e secreto, em candidatos previamente inscritos. Urna disponível por três dias.
Mandato	2 anos	2 anos
Formação para conselheiros	Não há	Programa de formação do MEC
Recursos Financeiros	Contribuição obrigatória dos responsáveis, além de doativos, rendas de aplicações, de festas e de outras atividades.	Verbas federais e municipais.
Reuniões previstas	Assembléia Geral – anual; Conselho Diretor - mensal	Conselho – mensal; Por segmento - mensal
Competências	- Elaboração e execução de programa anual de atividades; - Elaboração de orçamento, movimentação de conta específica e prestação de contas.	- Gestão de recursos financeiros; - Participação no PPP ¹¹ ; - Participação no planejamento e avaliação da escola.

O Quadro 65 não deixa dúvidas de que, tanto a APM quanto o CEC são organizações formais que atuam sob regras pré-estabelecidas, onde um grupo de

¹¹ Projeto Político Pedagógico.

pessoas assume competências específicas e conta com um conjunto de recursos para interagir com a escola.

Referindo-se a relação dos órgãos associativos parentais com a escola, Silva (2007) destaca a pertinência das análises sobre alianças e relações de poder tanto entre as instituições de ensino e as instâncias associativas quanto no interior de cada uma delas, apontando caminhos que percorri para examinar o material empírico que levantei.

A idéia de ação conjunta aparece tanto no colégio privado quanto na escola municipal, indicada como colaboração ou integração, associada a finalidade de promover a qualidade de ensino.

A descrição da diretora da EM sobre a criação e os objetivos do CEC traz a tona a função fiscalizadora que não aparece explicitamente na documentação legal, mas se faz presente na percepção da gestora da escola, exercendo uma influencia significativa na relação. Diz ela:

O papel do CEC é trabalhar internamente na escola, ‘com’ a direção da escola, pra verificar as necessidades. Eu sempre vi o CEC como um apoio a gestão, mais no uso das verbas porque na parte pedagógica ele não tem interferência. Tem muito pouca influência no PPP e nenhuma influência nos resultados dos alunos nas provas. Mas, eu diria que o CEC serve até pra fiscalizar um pouco.

O aspecto fiscalizador é reforçado quando a diretora descreve a relação do CEC com a SME e a CRE¹² - órgãos aos quais a escola está subordinada, deixando entrever que o empoderamento dos pais, chamados a dialogar diretamente com as instâncias hierarquicamente superiores, pode colocar em risco a posição da direção da escola.

Se no texto legal a estrutura de poder é garantida quando se define como obrigatória a posição da diretora como presidente do CEC, na prática os pais conselheiros são chamados para reuniões com a CRE, sem que a direção da escola seja informada sobre os assuntos a serem tratados e nem sobre os resultados de encontro, como relata a diretora:

¹² SME - Secretaria Municipal de Educação e CRE - Coordenadoria Regional de Educação respectivamente.

A Secretaria marca reuniões direto com os representantes do CEC. Ela quer ouvir eles. Quer saber as sugestões deles pra melhoria do ensino, perguntar como anda a escola, como está a merenda e o grêmio. A Secretaria dá muita atenção ao CEC. Os responsáveis têm contato direto com a CRE e têm muito mais força do que o professor e do que a diretora da escola. O responsável não tem nada que o iniba. Ele vai e fala o que quer, ‘vence no gogó’. Nós da direção temos que saber dosar as coisas. O CEC tem poder de ajudar à escola, mas pode também ‘detonar’ a direção. Eu ouço que, para algumas escolas, o CEC atrapalha, dá problema.

No caso específico da EM que investiguei, e possivelmente em outras ‘boas’ escolas, percebi a força do vínculo que se estabelece entre os pais que são membros do CEC e a direção da escola, como explicitado no depoimento da mãe-representante:

A CRE costuma chamar a gente pra reunião, mas não diz qual é o conteúdo da reunião. Eu pergunto pra diretora e nem ela sabe. Geralmente é sobre a relação entre pai, aluno e professor. Eles ouvem muito os pais. Eles te dão o direito de falar. Eu vejo problemas que tem nas outras escolas, de quebrar a escola, de professor agredido, professor que não explica a matéria, mas isso a gente não tem. Aqui a diretora é bem firme e os professores também. Eu tenho este vínculo com a escola porque eu estudei a minha vida toda praticamente aqui. Eu já ajudava na escola antes de ser eleita a mãe do CEC. Eu tenho comunicação direta com a diretora. Ela liga pra minha casa, eu vou na casa dela.

A aliança entre representante do CEC e direção da escola parece sobrepor-se mesmo ao vínculo da mãe-representante com os demais pais de alunos, como diz a diretora:

São duas mães no CEC. Uma inclusive é minha ex-aluna. Perfeito! A maior dificuldade dela é falar com os pais. Fica difícil para as famílias virem a reuniões então elas escolhem vir à reunião de entrega de boletins. A mãe do CEC tem contato por telefone, só com alguns pais.

Muito mais do que conciliar disponibilidades de tempo, é a acolhida das desigualdades sociais e culturais que desafia os representantes dos pais. A ausência de um canal de comunicação permanente com os pais representados compromete o próprio conceito de representação, uma vez que a escuta é indispensável para contemplar a heterogeneidade do conjunto de pais. Sem que os responsáveis sejam ouvidos, o representante dos pais pode defender apenas os interesses dos próprios filhos ou, no máximo, os anseios do limitado subconjunto de pais com o qual mantém contato. Vale lembrar que somente o fato de estarem

vivenciando simultaneamente a condição de pais de alunos de uma determinada escola não faz com que os responsáveis formam um grupo homogêneo em termos de valores, interesses e anseios.

Embora no colégio privado não se coloque o aspecto fiscalizador, uma vez que a APM reporta-se à direção do colégio, encontrei o mesmo vínculo forte do pai-presidente da APM com o diretor do Colégio. Em seu depoimento, F. refere-se ao projeto pedagógico do colégio como ‘nosso’, assumindo uma posição acrítica, uma vez que se percebe como membro do colégio, afastando-se dos demais responsáveis, aos quais atribui o papel de colaboradores.

Aqui a APM está amarrada ao objetivo de integrar as famílias ao colégio, para o melhor desenvolvimento da educação. A função da APM é trazer os pais pra dentro da escola para que eles entendam o ‘nosso’ projeto pedagógico e colaborem efetivamente para o sucesso da educação de qualidade, do jeito que o colégio prega e deseja.

Diretores da APM e conselheiros do CEC enfrentam o desafio de exercer um papel híbrido, representando a escola frente aos pais e, ao mesmo tempo, os pais frente à escola. O que percebi, tanto no CP quanto na EM foi que, no exercício de suas funções estes pais acabam estreitando o contato com os gestores escolares. Neste processo de aproximação e convivência mais intensa, diretores e conselheiros são cativados pelos dirigentes, passando a assumir, com muito mais ênfase, uma posição em favor da escola, afastando-se do conjunto de pais representados, com os quais os contatos tendem a se espaçar. O relato de D., pai-diretor da APM, reafirma a força de relação com o colégio em detrimento da aproximação com os pais representados, explicitando tensões:

Eu acho que a comunicação entre APM e pais fica muito a desejar. A APM é institucional, uma parte da gestão do colégio, uma iniciativa do próprio colégio. Não é um movimento espontâneo dos pais. A APM fica muito ligada a direção do colégio e acaba se afastando um pouco dos seus representados, que são os próprios pais. São poucas atividades da APM com os pais. Talvez haja um pouco de receio do colégio em perder o controle numa mobilização excessiva dos pais, como pode acontecer mesmo. Acho que os pais não querem tumulto, nem confusão, não querem se envolver nessas coisas e estão satisfeitos com o colégio. Muitas coisas poderiam ser melhoradas, dinamizadas e enriquecidas com a participação dos pais, mas as pessoas estão acomodadas.

A aproximação ‘representante-direção’ e o afastamento ‘representante-representado’, em instâncias estruturadas sob a égide das instituições de ensino,

acabam resultando em espaços não apropriados como ‘dos’ pais, pela maioria das famílias dos alunos.

O diálogo abaixo, que presenciei em uma reunião, exemplifica as relações entre os agentes:

Presidente da APM: Um diferencial desta APM é a participação dos pais no conselho pedagógico do colégio, onde a APM tem duas cadeiras, uma que é utilizada pelos diretores em sistema de revezamento e outra que é usada por mim, que participo de todas as reuniões.

Pai de aluno: Porque a APM, através do representante dos pais, que está presente na reunião pedagógica, não repassa os assuntos tratados para todos os pais?

Presidente da APM: Isso não seria tão simples já que algumas discussões têm especificidades e questões estratégicas do colégio.

Diretor do colégio: Se faz uma resenha muito boa de cada reunião, é mesmo uma radiografia, mas há o problema da confidencialidade e da contextualização.

Pai de aluno: Mas a divulgação é muito importante, não seria possível enviar, ao menos, um resumo mensal para todos os pais?

A análise do processo eleitoral para as funções de diretores da APM e conselheiros do CEC fornece indicações que permitem antever limites para a atuação dos eleitos. O relato de um pai-diretor sobre a trajetória que o levou a assumir a posição de membro conselho diretor da APM revela mecanismos utilizados pelo colégio para ‘escolher’ os pais que serão seus interlocutores:

Na época da renovação da diretoria da APM, a coisa funciona assim: existe uma movimentação das coordenações e dos pais que já participam pra indicar nomes pra próxima direção, aí o diretor telefona pra casa da pessoa e convida pra ir numa reunião. Você se sente importante porque o colégio lembrou de você e quando chega lá você se empolga e entra no negócio. Aí se forma uma chapa e tem o processo eleitoral. Me ligaram, cheguei lá e o diretor, que é uma pessoa que eu gosto muito e vejo o empenho dele, me convidou. Eu fiquei me sentindo constrangido a participar e estou lá, mas algumas questões que eu gostaria que tivessem ido adiante, não foram e me tiram um pouco a motivação. Acho que seria legal se a APM acompanhasse mais a vida acadêmica, mas falta vontade dos diretores, e não há estímulo do colégio pra isso.

A continuidade do relato do pai-diretor ilustra os desdobramentos que ocorrem quando o processo ‘foge ao controle’ previsto pelo colégio:

Teve uma briga espetacular em uma outra eleição que pais ‘não convidados’ formaram uma chapa pra questionar várias coisas do colégio. Eles queriam participar dos processos de admissão e demissão dos professores, ter voz em nível administrativo e questionavam porque as questões pedagógicas encaminhadas para a APM tinham que ser passadas para o colégio. No processo eleitoral - que acabou ficando entre uma ‘chapa do colégio’ e uma ‘chapa de oposição’ - o que nem era a intenção dos caras, a comunidade em peso votou e foi uma vitória acachapante da ‘chapa do colégio’.

Enquanto observadora, acompanhei reunião realizada no CP, com o objetivo de formar chapa para diretoria da APM. Do universo de 1.400 pais de alunos, convocados por circular, estavam representadas apenas 25 famílias. A presença de menos de 2% do total das famílias, indica a baixa adesão dos pais, tornando-se ainda mais significativa quando, no decorrer da reunião ficou-se sabendo que a quase totalidade dos presentes havia recebido um telefonema do diretor do colégio. O desconforto que se instalou entre os poucos ‘não convidados’ não conseguiu ser dirimido nem mesmo com a afirmativa do diretor de que *“todos são igualmente bem vindos”*. O convite diferenciado e as informações privilegiadas de alguns dos presentes sobre a pauta de discussão apontam para as dificuldades inerentes a construção de um processo democrático.

Embora todos os pais, professores e funcionários sejam considerados sócios da APM para efeito de voto, somente os pais são contribuintes - através das mensalidades escolares e apenas um professor participa do conselho diretor neste colégio. A Associação de Pais e Mestres é de fato de uma Associação de Pais, como explicitado pelo diretor do colégio, ao afirmar que: *“não é uma associação de professores”*.

Quando, na reunião que presenciei, o presidente da APM lançou a candidatura da diretoria atual à reeleição, os comentários entreouvados evidenciaram que a proposta de continuidade, em uma sociedade onde ‘a mudança é adotada como valor’ (Sennett, 2008), enfrenta dificuldades de aceitação. Manifestações em prol da formação de outras chapas para *“enriquecimento do processo eleitoral”*, por parte de alguns pais, foram respondidas com a afirmativa de que o ingresso de alguns novos membros na chapa atual já garantia *“espaço para a diversidade, mesmo em uma única chapa”*. Frente a pergunta direta sobre a possibilidade de se montar outra chapa. A resposta do diretor - *“teoricamente sim, mas espero que não”*, mostra que o colégio toma a frente do processo eleitoral para a APM. Valorizando a participação dos pais, mas utilizando os

recursos de que dispõe para escolher aqueles vão representá-los, o CP antecipa-se convidando diretamente os pais que estão mais “de acordo” com seus anseios.

O interesse manifesto por alguns pais em “*conhecer os estatutos da APM*”, respondido com a afirmativa de que “*no momento o estatuto está sofrendo algumas mudanças e por isto não está disponível no site*” reforça a posição dominante do colégio, reconhecida na fala de um dos presentes ao afirmar que: “*sinto que vim aqui só para ratificar uma decisão que já está tomada*”, contribuindo para aumentar a tensão que foi se instalando no decorrer da reunião.

Oferecimentos de ações voluntárias, explicitados pelos pais no decorrer da reunião, tais como: formação de um corpo jurídico para a APM, ajuda na comissão pedagógica e análise pós-ocupacional das instalações do colégio foram recebidas com a escuta silenciosa da direção do colégio, reiterando a posição deste CP em relação a aceitar trabalhos voluntários somente para as ações sociais apoiadas.

Em que pese tratar-se de uma associação de pais e não de professores, a nova chapa foi eleita com 270 votos úteis, entre os quais 69% oriundos de pais e 31% de professores.

Nas escolas municipais, os responsáveis para integrar o CEC são escolhidos em eleição direta, com voto secreto dos pares, em candidatos previamente inscritos. Lima (2011) estudou diferentes aspectos do processo eleitoral para o CEC nas quatro escolas municipais integrantes do *survey* SOCED, entre as quais se encontra a EM que pesquisei. Com base nas observações de campo que realizei e nos registros deixados pela autora, identifiquei que na EM cinco candidatos concorreram a duas vagas para integrar o segmento responsáveis no CEC o que pode sugerir uma disputa pela posição, decorrente do interesse dos responsáveis ou apenas uma forma de dar maior credibilidade ao processo eleitoral, respaldando a direção da escola. De todo modo, também nesta EM observo que a escola toma parte na escolha dos pais representantes, utilizando diferentes recursos, entre os quais o “reforço” da divulgação das informações a alguns responsáveis, como é possível depreender do relato de J. Esta mãe de aluno, que mantém uma relação tensa com a escola decorrente da atitude de cobrança permanente do que considera ‘seus direitos’, afirma que não conseguiu candidatar-se ao cargo da representante, relatando que: “*eu tentei ser mãe*

representante, eu falei com meu filho, mas quando ele viu o aviso já estava no último dia e não deu pra eu me inscrever”.

Embora os responsáveis tenham sido convocados a votar através de bilhetes, circulares e comunicados da SME afixados em murais, o processo eleitoral não parece ser prioridade para muitos pais desta EM que apresentam justificativas diversas para abstenções. Nas entrevistas, alguns pais informaram que não se lembravam se votaram, enquanto outros afirmaram que votam *“pelas indicações dos filhos”* e ainda outros alegaram *“falta de tempo”* para participar. L., mãe de aluna, relaciona a baixa participação dos pais com o nível de confiança que depositam na escola, afirmando que não veio votar *“porque tenho muita confiança e não tenho queixa da escola”*.

As duas mães eleitas – uma ex-aluna da escola e outra que já exercia voluntariamente tarefas administrativas para ajudar a escola informaram que não se utilizam de formas estruturadas de interlocução com os pais representados, restringindo-se a contatos eventuais. Todos os demais pais que entrevistei afirmaram que nunca foram procurados pelas representantes do CEC e vários nem sabiam indicá-las nominalmente, sinalizando que o CEC não é percebido como *locus* de expressão de seus interesses.

Embora na composição do CEC esteja prevista também a representação de professores, funcionários e moradores do bairro, o que observei nesta EM foram ausências e dificuldades para conseguir preencher as posições, como relata a diretora:

Funcionários são pouquíssimos na escola - só seis e os professores estão sempre ocupados com as tarefas deles e não querem assumir este papel. Nós não temos representante da associação de moradores. Embora existam duas no bairro, elas não querem participar, é vacância.

Lima (2011:89) reitera a visão da diretora identificando o alargamento das atribuições dos docentes, afirmando que:

a rejeição de quaisquer atribuições que possam ser adicionadas ao repertório de tarefas que precisam ser realizadas contribui para o afastamento de novos professores desta atividade política e celebra a permanência dos mesmos professores nas comissões eleitorais das escolas.

No caso da APM a composição do grupo é descrita pelo presidente da seguinte forma:

Nós somos eleitos e somos um grupo de cerca de 15 pessoas entre diretores e conselho fiscal. A idéia é que para cada cargo se tenha duas pessoas. Para o cargo de presidente somos eu e a minha esposa e assim somando tudo dá umas 15 pessoas.

Geralmente, mas não obrigatoriamente, neste CP os cargos na APM são ocupados por casais que se revezem nas funções de presidente; vice-presidente; relações públicas; secretário e tesoureiro, além de um representante dos professores. A composição do conselho diretor da APM, não inclui a participação de alunos, funcionários nem de moradores do bairro, direcionando-se quase que exclusivamente aos responsáveis, entre os quais é escolhido um presidente. A participação do diretor do colégio, em todas as reuniões da APM, se dá como “*agente moderador*”¹³, como relata um pai-conselheiro, deixando entrever a forma está organizada a estrutura de poder nas reuniões da associação.

No caso do CEC, a presidência exercida obrigatoriamente pela diretora da escola é questionada pela própria diretora da EM, chamando a atenção para a questão das verbas públicas:

Não sei se o presidente do CEC deveria ser a diretora da escola, mas é muita responsabilidade mexer com verbas, cálculo de tributos, com dinheiro público e a escola é responsabilidade do diretor, não importa quem fez o que, a culpa é sempre do diretor. As verbas vêm do Governo Federal¹⁴ uma vez por ano. Da pra ter também umas duas no ano, ou até três, se você correr muito, do Município¹⁵. Você tem que fazer tudo, lavagem da cisterna, consertar torneira e comprar toner pra impressora. As verbas chegam e tem que fazer um planejamento para usar, tem que correr atrás dos orçamentos, tem que botar em prática, vistoriar a obra. Há uma conta corrente em nome de dois membros do CEC, que assinam os cheques. Eu aprendi ‘no sopapo’ e até hoje cometo alguns errinhos. Se ficar faltando ou sobrando um centavo, o processo não fecha.

Se sabemos que a realização de propostas de ação sem a alocação de verbas se torna inviável, percebemos aqui que as questões relacionadas a recursos

¹³ O Poder Moderador é um dos quatro poderes de Estado instituídos por D. Pedro I na Constituição Brasileira de 1824. O poder Moderador se sobrepõe aos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, cabendo ao seu detentor força coativa sobre os demais.

¹⁴ PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, do governo federal que fornece recursos para melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho.

¹⁵ SDP – Sistema Descentralizado de Pagamento que permite à escola fazer compras de acordo com suas necessidades, responsabilizando-se pelos orçamentos, recolhimentos e pagamentos correspondentes.

financeiros assumem um papel preponderante, que se expressa na forma de sobrecarga de tarefas, mas ao mesmo tempo de poder, como relata o presidente da APM:

O Colégio precisa do aval da APM para aprovar o seu orçamento para o ano seguinte, ou seja, nos é mostrada a planilha de custos e somos informados de qual é o reajuste que o colégio vai ter e podemos aprovar ou não. Há um ‘percentualzinho’ da mensalidade que é pra APM e dá pra fazer muita coisa. A APM promove eventos e palestras, custeia a revista e contribui pra bolsas de estudo, funcionando como uma financiadora de projetos sociais e escolares, como o DVD do coral. A APM recebe um turbilhão de sugestões, mas é necessário selecionar algumas.

Embora os relatos apontem para a complexidade das tarefas assumidas pelos diretores e conselheiros nas instâncias associativas, a capacitação para o exercício da representação dos pais não é mencionada no colégio privado, e aparece de forma insipiente nas palavras da diretora da EM:

Quando os membros do CEC são eleitos eles recebem o estatuto com as atribuições deles. Eles olham ali e é só. O MEC tem um programa de formação de conselheiros, mas eu não posso enviar ninguém para participar sem ser convidado, sem o aval da SME porque há uma hierarquia.

A falta de tempo é apontada tanto pela diretora da EM quanto por um dos diretores da associação de pais do CP, como principal causa para que as instâncias representativas não funcionem conforme esperado. Diz ele:

Faço minha autocrítica de não abrir outros canais, buscar outras formas de comunicação, dar mais voz aos pais. Em trabalho voluntário é muito difícil a gente ter o tempo que gostaria pra dedicar as grandes causas que nos emocionam, mas não nos mobilizam como a gente gostaria.

O que mobiliza os pais? É a questão que emerge da fala deste diretor. Sabemos que na sociedade contemporânea são inúmeras as demandas que nos chegam a cada momento. Frente a impossibilidade de atender a todas, é preciso fazer escolhas para definir ‘de que’, ‘quando’ e ‘como’ participar.

O que pude observar, tanto na EM quanto no CP, foram pais que, confiando nos estabelecimentos de ensino e satisfeitos com os resultados que vem sendo alcançados pelos filhos, olham com certa desconfiança para as propostas de engajamento nos órgãos associativos propostos pela escola. Se, entretanto,

problemas mais sérios acontecem, a mobilização aparece tanto nos espaços já formalmente instituídos quanto em novos espaços espontâneos. Conforme relato do presidente da APM:

a gente teve no ano passado um problema sério aqui no colégio. O caso foi relatado por um pai de aluno diretamente ao diretor do colégio. Ele ouviu, chamou mais dois alunos, tomou a decisão e me chamou. A APM ficou na frente do problema para preservar o colégio. Quando o assunto saiu no jornal foi um bombardeio dos pais e aí a APM mandou um e-mail para todos os responsáveis e 99% das respostas foram de solidariedade ao colégio. Os pais podem, às vezes, reclamar e criticar, mas nesse momento o colégio se uniu. Nós acionamos uma especialista e organizamos uma palestra que lotou o auditório.

T., uma das mães entrevistadas, relata um movimento espontâneo que deu origem à um grupo de pais onde estes podem compartilhar preocupações, trocar informações e ajudar-se mutuamente, preenchendo lacunas em uma sociedade onde famílias menos numerosas contam com pouco apoio até mesmo para conversar sobre os problemas que precisam enfrentar:

A gente tem, desde o final de 2009, um grupo que é o “Pais de Amigos”. São os pais de 12 jovens - 5 meninas e 7 meninos, e a estória vem de quando a mãe de um garoto começou a mandar uns e-mails e dar uns telefonemas pros pais desse grupinho, e fizemos então um café da manhã pra gente se conhecer. Porque nesse colégio grande, mesmo que eu venha pra festa, pra feira de ciências, eu não sei quem são os pais. Aí a gente periodicamente começou a fazer esses encontros e começou a trocar informações. Eu comecei a me sentir à vontade para controlar as idas às festas, a presença dos adultos e as bebidas. Mas eles são adolescentes e continuam aprontando. Outro dia fizeram uma festa, sem pai nem mãe. A menina pegou a chave de casa da mãe, que estava viajando e ela estava passando o fim de semana com o pai. Ela disse pro pai que ia dormir na casa de uma amiga e fizeram a festa na casa da mãe. A sorte foi que a mãe de uma outra ligou pro celular da mãe da menina e soube que ela estava em São Paulo e a menina estava sob a responsabilidade do ex-marido. Ela pegou o marido, ligou pro ex-marido da outra e, aportaram todos lá para acabar com a festa. E aí já estava todo mundo ‘biritado’ e já estavam chegando os amigos dos amigos, de garrafa de vodka na mão. Esse grupo tem proporcionado, pra mim pelo menos, uma segurança e uma troca de informação. Agora, por exemplo, vamos ao Rock in Rio porque a garotada aqui quer ir pro Rock in Rio. Eu vou comprar pro dia tal, posso levar as meninas. A gente vai se trocando e-mails. E já fizemos mais dois encontros, um no carnaval. Apareceram todos lá e depois fomos pros blocos, lógico, mas foram lá e isso vai criando algum tipo de convivência mais coletiva.

Em suma, as interações entre as instâncias associativas de pais e as instituições de ensino são atravessadas por relações sociais e culturais, jogos de poder e negociações que nem sempre parecem ser percebidas pelos pais que assumem posições como representantes ou mesmo pelos gestores escolares.

Contando com a disposição de alguns pais, sem que estes sejam preparados para o exercício das tarefas que vão assumir, as interações desejadas tanto entre os próprios pais quanto deles com a instituição de ensino não chegam, por vezes, a ser alcançadas.